

**Alfa Orbis DI - Fundo Investimento
Renda Fixa Referenciado - Longo Prazo
CNPJ nº 02.733.802/0001-36**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e ao Administrador do
Alfa Orbis DI - Fundo Investimento Renda Fixa Referenciado - Longo Prazo
(Administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Alfa Orbis DI - Fundo Investimento Renda Fixa Referenciado - Longo Prazo ("Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Alfa Orbis DI - Fundo Investimento Renda Fixa Referenciado - Longo Prazo em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo detém investimentos em ativos financeiros privados e públicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 10, cabe ao Administrador e ao custodiante do Fundo conduzir processos de controles para garantir a propriedade e custódia dos ativos financeiros mantidos em sua carteira, junto as entidades custodiantes independentes e instituições financeiras. Em conexão às operações do Fundo e, levando em consideração a materialidade dos saldos envolvidos, consideramos a confirmação da existência dos ativos financeiros do Fundo como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação das posições registradas dos ativos financeiros do Fundo, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos detidos pelo Fundo junto às posições das entidades custodiantes independentes; (ii) obtivemos a composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; (iii) conciliamos a composição da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2017 com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pelo Administrador são apropriados com relação a existência dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras do fundo tomadas como um todo.

Valor justo dos ativos financeiros

Conforme nota explicativa nº 3, o Fundo possui 22,93% do seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros privados avaliados ao valor justo sem cotação disponível em mercado ativo, o que aumenta a subjetividade envolvida e o grau de julgamento para a estimativa do valor justo desses ativos, cuja a avaliação é efetuada por metodologia interna de precificação que considera entre outros fatores, taxas de juros e curvas de rendimentos observáveis em mercado e risco de crédito. Cabe à Administradora do Fundo avaliar periodicamente a adequação dos modelos de precificação para as estimativas de valor justo e quando identificado a deterioração significativa do risco de crédito do investimento do Fundo estimar a provisão para perda sobre o valor recuperável do investimento do Fundo.

Devido a relevância dos valores envolvidos, o uso de estimativas para a valorização dos ativos com base em modelos matemáticos internos e dados observáveis de mercado, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação das estimativas para a mensuração do valor justo dos investimentos do Fundo em títulos privados não cotados, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo de avaliação e monitoramento do risco de crédito e de mercado para os títulos privados não cotados; (ii) entendimento dos modelos internos para precificação e estimativas utilizadas no cálculo do risco de crédito; (iii) entendimento do processo de captura das curvas de juros e índices observáveis do mercado; (iv) para uma amostra, efetuamos o recálculo do valor justo com base nos respectivos modelos internos; (v) verificação, em base amostral, da situação de inadimplência destes emissores no mercado; e (vi) avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis do Fundo.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administradora do Fundo na mensuração do valor justo desses ativos financeiros privados não cotados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades do Administrador pelas demonstrações financeiras

O Administrador é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

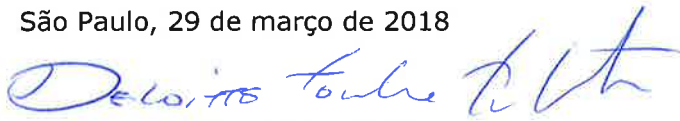
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Administrador, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2017				
Nome do Fundo:	Alfa Orbis DI - Fundo Investimento Renda Fixa - Referenciado Longo Prazo	CNPJ:	02.733.802/0001-36	
Administrador:	Banco Alfa de Investimento S.A.	CNPJ:	60.770.336/0001-65	
Aplicações - Especificações	Quantidade	Custo Total R\$ mil	Mercado / Realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			3	0,01
Banco conta movimento			3	0,01
Aplicações Interfinanceiras de liquidez		8.289	8.289	19,39
Letras do Tesouro Nacional	8.584	8.289	8.289	19,39
Títulos públicos		18.392	19.893	46,54
Letras do Tesouro Nacional	23.300	18.392	19.893	46,54
Certificado de Depósito Bancário		1.137	1.137	2,66
Banco ABC Brasil S.A.	650	697	697	1,63
Banco Sofisa S.A.	430	440	440	1,03
Debêntures		4.799	4.808	11,25
AES Tietê S.A.	590.000	600	600	1,40
Companhia Paranaense de Energia	56	587	588	1,37
Companhia de Concessões Rodoviárias	57	571	571	1,34
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	53	547	549	1,28
Natura Cosméticos S.A.	43	439	439	1,03
Localiza Rent a Car	40	400	401	0,94
Fleury S.A.	34	351	352	0,82
Cia.Saneamento Básico do E.S.P.-Sabesp	89	314	315	0,74
MRS Logística S.A.	832	292	294	0,69
Rodonorte Conc. de Rodovias Integradas S.A.	290	294	293	0,69
Eletropaulo Metropolitana Elet. de S.P. S.A.	76	255	257	0,60
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	44	149	149	0,35
Letras Financeiras		8.657	8.667	20,27
Banco Alfa S.A.	18	2.973	2.975	6,96
Banco ABC Brasil S.A.	13	2.083	2.088	4,88
Banco GMAC S.A.	7	1.075	1.075	2,51
Banco BBM S.A.	6	963	965	2,26
Banco Votorantim S.A.	5	799	800	1,87
Banco Daycoval S.A.	5	764	764	1,79
Total do ativo			42.797	100,12
Valores a pagar			52	0,12
Taxa de Administração			23	0,05
Ajuste diário de futuros			16	0,04
Auditoria e Custódia			10	0,02
Fiscais e previdenciárias			3	0,01
Patrimônio líquido			42.745	100,00
Total do passivo e Patrimônio líquido			42.797	100,12

(a) Títulos de emissão de empresas ligadas à Administradora

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Nome do Fundo:	Alfa Orbis DI - Fundo Investimento Renda Fixa - Referenciado Longo Prazo	CNPJ:	02.733.802/0001-36
Administrador:	Banco Alfa de Investimento S.A.	CNPJ:	60.770.336/0001-65

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2017	2016
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 29.837,314 cotas a R\$ 2.529,310167 cada	75.468	
Representado por 39.284,094 cotas a R\$ 2.225,083734 cada		87.410
Cotas emitidas no exercício		
15.898,030 cotas	42.072	
20.916,590 cotas		50.053
Cotas emitidas por incorporação		
Cotas resgatadas no exercício		
30.292,568 cotas	(50.774)	
30.363,370 cotas		(56.457)
Varição no resgate de cotas no exercício	(29.564)	(15.884)
Patrimônio líquido antes do resultado	37.202	65.122
Resultado do exercício		
Renda fixa e outros ativos financeiros	8.234	13.396
Apropriação de rendimentos	6.731	12.042
Resultado nas negociações	2	20
Valorização/desvalorização a preço de mercado	1.501	1.334
Demais receitas	5.706	7.465
Ganhos com derivativos	5.706	7.465
Demais despesas	(8.565)	(10.515)
Auditoria e custódia	(47)	(55)
Corretagens e taxas	(1)	(3)
Despesas diversas	(2)	(3)
Perdas com derivativos	(8.153)	(10.020)
Publicações e correspondências	(4)	(4)
Remuneração da administração	(338)	(401)
Serviços contratados pelo fundo	(1)	(1)
Taxa de fiscalização CVM	(19)	(28)
Total do resultado do exercício	5.543	10.346
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 15.442,776 cotas a R\$ 2.767,943082 cada	42.745	
Representado por 29.837,314 cotas a R\$ 2.529,310167 cada		75.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Alfa Orbis DI - Fundo de Investimento Renda Fixa - Referenciado - Longo Prazo (“Fundo”), anteriormente denominado Alfa Orbis DI - Fundo de Investimento Referenciado Longo Prazo, iniciou suas atividades em 15 de março de 1999, constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destinado ao público em geral e tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, mediante aplicação em ativos financeiros e utilização de instrumentos derivativos. O Fundo está classificado como “Fundo de Investimento Renda Fixa – Referenciado - Longo Prazo” e sua carteira deverá ser composta, em no mínimo 95% (noventa e cinco por cento), por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação dos Certificados de Depósito Bancário - CDI. O Fundo utiliza instrumento de derivativos para fins *hedge*, ou seja, utiliza-se dos derivativos buscando a proteção de suas posições no mercado a vista, até o limite dessas, gerando exposição de no máximo 100% do patrimônio líquido.

Conseqüentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, pelo Gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo Administrador.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

3 Principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

c. **As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado. Títulos públicos e privados**

Os títulos públicos e privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, em função da classificação dos títulos - Nota Explicativa nº 4.

d. Mercado futuro

Os contratos de operações realizadas no mercado futuro de ativos financeiros e mercadorias são ajustados diariamente pela variação das cotações divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os ajustes a mercado desses contratos são apurados diariamente por tipo e respectivo vencimento e reconhecidos em lucros ou prejuízos com ativos financeiros e mercadorias, componentes de “Ganhos com derivativos” e “Perdas com derivativos”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para sua contabilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 555/07:

- i. Títulos para negociação** - Incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos até a data do balanço e avaliados pelo valor de mercado diariamente. As perdas e o ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:
 - que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, conforme definido pela regulamentação editada pela CVM e, que os mesmos declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do Fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo; e
 - que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento e, sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

a. Composição da carteira

Os ativos financeiros integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Custo atualizado	Valor de Mercado/ realização	Ajuste a Valor de Mercado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Letras do Tesouro Nacional	18.392	19.893	1.501	Após 1 ano
Certificado de Deposito Bancário:				
Banco Sofisa S.A.	440	440	-	Até 1 ano
Banco ABC Brasil S.A.	696	697	1	Até 1 ano
	1.136	1.137	1	
Debêntures:				
Rodonorte Conc. de Rodovias Integradas S.A.	294	293	(1)	Após 1 ano
Natura Cosméticos S.A.	439	439	-	Após 1 ano
MRS Logística S.A.	292	294	2	Até 1 ano
Localiza Rent a Car	401	401	-	Após 1 ano
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	547	549	2	Após 1 ano
Fleury S.A. (a)	351	352	1	Após 1 ano
Eletropaulo Metropolitana Elet. de S.P. S.A.	255	257	2	Até 1 ano
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	149	149	-	Até 1 ano
Companhia Paranaense de Energia	587	588	1	Após 1 ano
Companhia de Concessões Rodoviárias	571	571	-	Após 1 ano
Cia.Saneamento Básico do E.S.P.-Sabesp	315	315	-	Até 1 ano
AES Tietê S.A.	600	600	-	Após 1 ano
	4.801	4.808	7	
Letras Financeiras:				
Banco Votorantim S.A.	799	800	1	Após 1 ano
Banco GMAC S.A.	1.075	1.075	-	Após 1 ano
Banco Daycoval S.A.	764	764	-	Após 1 ano
Banco BBM S.A.	963	965	2	Após 1 ano
Banco Alfa S.A.	1.768	1.770	2	Até 1 ano
Banco Alfa S.A.	1.205	1.205	-	Após 1 ano
Banco ABC Brasil S.A.	2.083	2.088	5	Após 1 ano
	8.657	8.667	10	
Total dos títulos para negociação:	32.986	34.505	1.519	

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

b. Valor de mercado

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:

Títulos de renda fixa

Títulos públicos

- **Prefixados:** Para LTN's, é utilizado o método de fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto utilizadas são projeções de taxas de juros/*swap* divulgadas pela B3/ANBIMA/outras fontes de informação.
- **Pós-fixados:** As LFT's são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

Títulos privados

- A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras adotada pelo Bradesco leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data da negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.
- As debêntures são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

5 Valorização/(desvalorização) a preço de mercado

A valorização de R\$ 1.519 apurada na data do balanço (desvalorização de R\$ 1.334 em 2016) é representada pelo diferencial entre o valor da curva e de mercado, gerando resultado não realizado no exercício registrado na conta "Valorização/Desvalorização a preço de mercado". Para os títulos negociados no exercício, os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado e são apresentados nas contas "Resultado nas negociações" e "Apropriação de rendimentos".

6 Margem de garantia

Em 31 de dezembro de 2017 o Fundo possuía margem depositada em garantia para realização de operações com derivativos, representada por papéis de sua carteira de títulos públicos conforme abaixo:

<u>Tipo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor R\$ mil</u>
LTN	2.615	01/01/2020	2.240

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em bolsa, e seus valores assim como seus prazos de vencimento, estão demonstrados conforme segue:

Composição da carteira

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Futuros

Indexador	Quantidade de contratos			R\$ mil	
	Compra	Venda	Posição líquida	Valor referência	de Faixas de vencimento
FUT DI1	-	(233)	(233)	19.880	Após 1 ano
Total	-	(233)	(233)	19.880	

Os ajustes de futuros apresentados no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira, em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

-
- Ajustes de futuros a pagar - R\$ 16

O resultado com operações de futuros, no 31 de dezembro de 2017, totaliza R\$ (2.452) e (R\$ (2.556) em 2016), e esta registrado em "Demais receitas-Ganhos com derivativos" e "Demais despesas - Perdas com derivativos"

(a) Valor de mercado

Derivativos

- **Mercado futuro:** As operações no mercado futuro são ajustadas a mercado conforme ajuste proveniente da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

8 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento de riscos

O objetivo de controlar riscos de mercado é medir potenciais resultados desfavoráveis, em função de oscilações momentâneas dos preços dos ativos em carteira, para permitir ao Gestor do Fundo, maximizar a relação retorno/risco. O Banco Alfa de Investimento S.A. possui um departamento independente de Gestão de Recursos que avalia diariamente os riscos de mercado do Fundo. Esses parâmetros consistem no volume de exposição e *VaR* (Valor em Risco) - perda máxima esperada em um dia com nível de confiança de 99%. São utilizadas nestas avaliações, as metodologias reconhecidas pela comunidade financeira. A adequação das posições aos limites estabelecidos é monitorada, diariamente, e comunicada através de relatórios adequados aos vários níveis de administradores a que são destinadas.

b. Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 577/2016 e a Instrução CVM nº 475/2008, apresentamos a seguir uma simulação, com base em cenários estressados que poderiam ser gerados no patrimônio líquido do Fundo por mudanças nas variáveis de riscos às quais o Fundo está exposto. Esta simulação não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam **ocorridas**.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fator de Risco	Sensibilidade	Cenário Provável			Cenário 1			Cenário 2		
		Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)
Títulos Privados	Juros	-1%	-426	-1,00%	-25%	-2.882	-7%	-50%	-4.273	-10%
		1%	426	1,00%	25%	2.882	7%	50%	4.273	10%

O cenário provável é o comumente utilizado pela Administração e considera a aplicação de choques conforme os cenários divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão para administração de risco intradiário, enquanto os cenários 1 e 2 consideram as regras estabelecidas na Instrução CVM n.º 475/2008, ou seja, aplicação de choque de 25% e 50% nos respectivos preços.

c. Valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, encontra-se em consonância com as prerrogativas da Auto Regulação da ANBIMA.

9 Emissão e resgate de cotas

a. Emissão

Na emissão de cotas do Fundo, o valor da aplicação será convertido pelo valor da cota de fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

b. Resgate

Para efeito do exercício do direito de resgate pelo Condômino, as cotas do Fundo terão seu valor atualizado diariamente. No resgate de cotas do Fundo, o valor do resgate será convertido pelo valor da cota do dia da solicitação de resgate e o crédito será efetivado no próprio dia da solicitação do resgate.

10 Remuneração do Administrador

Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o Fundo pagará a taxa de 0,50% ao ano, calculada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 339 (R\$ 402 em 2016), registrada nas contas “Remuneração da administração” e “Serviços contratados pelo fundo”.

A taxa de administração do Fundo compreende a taxa de administração dos fundos de investimento em que o Fundo aplicar seus recursos, exceto quando o Fundo aplicar em fundos de índice, fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercados organizados ou fundos geridos por partes não relacionadas ao Gestor do Fundo.

O Fundo não cobrará taxas de performance, ingresso e saída.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11 Custódia

Os títulos públicos, incluindo aqueles utilizados como lastro para as operações compromissadas, estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Operações de Compra e Venda Definitivas de Títulos Públicos Federais Realizadas com Partes Relacionadas.

Mês/Ano	Tipo de Título	Operações definitivas de compra e venda de títulos públicos federais realizadas com partes relacionadas / Total de operações definitivas	Vencimento	Volume Médio Mês	(Preço Praticado / Preço Médio do Dia) (*)	Parte Relacionada
1 / 2017	LFT	100,00%	01/03/2018	3,02%	100,06%	ALFA CCVM S.A.
2 / 2017	LFT	100,00%	01/03/2018	7,86%	100,05%	ALFA CCVM S.A.
3 / 2017	LFT	100,00%	01/03/2018	2,45%	100,05%	ALFA CCVM S.A.
4 / 2017	LFT	44,74%	01/03/2018	2,36%	100,08%	ALFA CCVM S.A.
5 / 2017	LFT	100,00%	01/09/2022	1,14%	100,13%	ALFA CCVM S.A.
7 / 2017	LFT	58,33%	01/09/2020	4,38%	100,18%	ALFA CCVM S.A.
8 / 2017	LFT	100,00%	01/09/2020	3,10%	100,19%	ALFA CCVM S.A.
9 / 2017	LFT	100,00%	01/03/2018	1,17%	100,03%	ALFA CCVM S.A.
9 / 2017	LFT	100,00%	01/09/2020	2,54%	100,19%	ALFA CCVM S.A.
9 / 2017	LFT	100,00%	01/09/2022	0,43%	100,33%	ALFA CCVM S.A.
9 / 2017	LTN	100,00%	01/01/2020	7,51%	101,47%	ALFA CCVM S.A.

As operações de compra e venda de títulos foram realizados em condições usuais de mercado vigentes nas respectivas datas.

b) Operações de Renda Variável e Futuros com Partes Relacionadas – Corretoras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o total de despesa com corretagem em operações no mercado à Vista e futuros através da Corretora B ALFA parte relacionada com o Administrador do Fundo foi de R\$ 1.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Resumo de Operações com Partes Relacionadas – Emissor

Letras Financeiras Mês/Ano	Emissor	Relacionamento	Compra	Venda/ Venc.	Total	Indexador	Ágio / Deságio na Compra	Resultado Financeiro
12/2017	BANCO ALFA	Administrador	1.200	-	1.200	CDI - 105.50%	-	-

d) Resumo de Operações com Partes Relacionadas – Contraparte

Debênture s Mês/Ano	Contraparte	Relacionamento	Compr a	Venda / Venc.	Tota l	Indexador	Ágio / Deságio na Compra	Resultad o Financeir o
09/2017	ALFA CCVM S.A.	Administrador	-	1.007	1.007	CDI - 100.00%	-	-

Letras Financeiras Mês/Ano	Contraparte	Relacionamento	Compr a	Venda / Venc.	Tota l	Indexador	Ágio / Deságio na Compra	Resultad o Financeir o
12/2017	ALFA CCVM S.A.	Administrador	1.200	-	1.200	CDI - 105.50%	-	-

e) Despesas com parte relacionada

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento
Taxa de administração	338	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A	Administrador
Taxa de custódia	23	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A	Administrador

f) Ativo com partes relacionadas

Operação	Saldo	Instituição	Relacionamento
LF252	2.975	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	Administrador

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os títulos emitidos por empresas ligadas ao Administrador ou à Gestora se encontram em destaque no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira.

13 Legislação tributária

a. Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa do Administrador/Gestor de manter a carteira do Fundo com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Receita Federal do Brasil, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:
 - i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
 - iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.
- Independente do resgate das cotas, haverá a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%, através da diminuição automática semestral da quantidade de cotas, correspondente ao valor do imposto de renda retido na fonte, sempre no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano. Por ocasião do resgate, aplicar-se-á a alíquota complementar, calculada em função do prazo decorrido de cada aplicação, conforme acima descrito.

Conforme legislação em vigor, as eventuais perdas apuradas no resgate das cotas podem ser compensadas com eventuais rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo ou em outros fundos detidos pelo investidor no mesmo administrador, desde que sujeitos à mesma alíquota do imposto de renda.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b. IOF (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O art. 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência do IOF, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não haverá cobrança de IOF.

14 Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

15 Política de divulgação das informações

A divulgação das informações do Fundo ao cotista é realizada através de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Rentabilidade

As rentabilidades nos últimos exercícios são as seguinte:

<u>Data</u>	<u>Rentabilida de (%)</u>	<u>Patrimônio líquido médio</u>	<u>Índice de mercado CDI % anual</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	9,43	58.603	9,95
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	13,67	80.724	14,00

17 Demonstração das evoluções do valor da cota e da rentabilidade

<u>Data</u>	<u>Valor da cota</u>	<u>Patrimônio Líquido médio</u>	<u>Rentabilidade %</u>			
			<u>Fundo</u>		<u>Índice de Mercado (a) CDI</u>	
			<u>Mensal</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Mensal</u>	<u>Acumulada</u>
31/12/2016	2529,310167					
31/01/2017	2555,955511	76.286	1,05	1,05	1,09	1,09
28/02/2017	2577,065677	76.622	0,83	1,89	0,87	1,96
31/03/2017	2602,928194	76.994	1,00	2,91	1,05	3,03
30/04/2017	2623,010350	64.330	0,77	3,70	0,79	3,85
31/05/2017	2647,090553	63.290	0,92	4,66	0,93	4,81
30/06/2017	2667,788030	62.978	0,78	5,47	0,81	5,66
31/07/2017	2687,708496	64.190	0,75	6,26	0,80	6,50
31/08/2017	2707,192739	48.442	0,72	7,03	0,80	7,36
30/09/2017	2723,566750	44.710	0,60	7,68	0,64	8,05
31/10/2017	2740,270470	41.533	0,61	8,34	0,65	8,75
30/11/2017	2754,469406	41.136	0,52	8,90	0,57	9,36
31/12/2017	2767,943082	41.987	0,49	9,43	0,54	9,95

Conforme definido no regulamento o Fundo utiliza o DI - Depósito Interfinanceiro, calculado e divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como índice de mercado - benchmark.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

19 Contrato de prestação de serviços

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de controladoria e custódia, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

20 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que o Administrador, no exercício, não contratou serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relacionados a este fundo de investimento por ele administrado, que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a este fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21 Alteração estatutária

A Assembleia Geral de Cotistas realizada em 17 de julho de 2017 deliberou, a alteração do Regulamento do incorporar a totalidade dos ativos e passivos integrantes da carteira do fundo "Alfa Phocus DI- Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa -Referenciado - Longo Prazo". As deliberações ora aprovadas entrarão em vigor após 30 (trinta) dias do envio da comunicação aos cotistas do resumo das decisões realizadas nesta Assembleia.

A Assembleia Geral de Cotistas realizada em 14 de julho de 2017 deliberou, a alteração do Regulamento do Fundo a incorporar a totalidade dos ativos e passivos integrantes da carteira do fundo "Alfa Private DI - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa - Referenciado - Longo Prazo. As deliberações ora aprovadas entrarão em vigor após 30 (trinta) dias do envio da comunicação aos cotistas do resumo das decisões realizadas nesta Assembleia.

A Assembleia Geral de Cotistas realizada em 28 de abril de 2017 deliberou, a alteração do Regulamento do Fundo nos capítulo IX - "Da Política de Divulgação de Informações", Aprovaram a proposta de alteração do item 12.2 do Capítulo XII- "Das Taxas de Administração e dos Encargos do Fundo",. As deliberações ora aprovadas entrarão em vigor após 30 (trinta) dias do envio da comunicação aos cotistas do resumo das decisões realizadas nesta Assembleia.

O Instrumento Particular de Alteração realizado em 29 de março de 2016 deliberou a partir de 11 de abril de 2016 as seguintes alterações: (i) alteração da denominação do Fundo de Alfa Orbis DI – Fundo de Investimento Referenciado Longo Prazo para Alfa Orbis DI – Fundo de Investimento Renda Fixa - Referenciado - Longo Prazo; (ii) Complemento da qualificação do Administrador e do Custodiante do Fundo, inserindo seu número de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários; (iii) Inserção no Capítulo XII - "Dos Encargos do Fundo" do percentual da taxa de custódia cobrada; e (iv) Inserção da possibilidade de convocação dos cotistas do Fundo por meio de Edital.

* * *

Contador: Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR

Adilson Augusto Martins Junior
Diretor